

SURFANDO NA "ONDA EMPRESARIAL" PARA FOMENTAR NOVOS NEGÓCIOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Governadores dos 9 estados confirmam presença no encontro Brasil - Alemanha em que Governos e empresas buscam atrair novos investimentos de futuro

Por **WALTER SANTOS**

O Fórum dos governadores do Nordeste tem nova pauta de discussões e encaminhamentos unindo Governos e iniciativa privada do Brasil e da Alemanha construindo nova pauta de negócios devendo atrair grandes investimentos a curto e médio prazos visando fomentar a economia dos 9 estados na segunda quinzena de setembro de 2019, em Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Esta é a pauta que a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, está apresentando ao conjunto dos demais chefes do Executivo estadual nordestino, cujo cenário se exibe como uma oportunidade para o Consórcio consolidar novos investimentos na infraestrutura e demais segmentos da economia com os alemães.

A agenda paralela puxada pela CNI / Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte e Federação das Indústrias Alemãs se volta para o público-alvo compreendendo ainda de empresários brasileiros e alemães interessados em fortalecer as relações bilaterais.

Trata-se, de 15 a 17 de setembro de 2019, da edição do Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), em Natal, consolidando o mais importante evento focado nas relações entre os dois países, cujo tema é Parceria Brasil-Alemanha em tempos de mudança global contando com autoridades governamentais e lideranças empresariais de ambos os países para discutir a ampliação de investimentos e novas formas de cooperação.

OPORTUNIDADES

Esta é a 37ª edição do encontro, que reúne anualmente centenas de empresários interessados em estreitar relações, fechar parcerias, fazer intercâmbio de tecnologias e efetivar negócios.

O EEBA é organizado pela Federação das Indústrias Alemãs (BDI) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK) e, nesta edição, com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN).

Conforme a FIERN, o foco é reunir as comunidades empresariais dos dois países e debater iniciativas para a ampliação do fluxo de comércio e investimento entre Brasil e Alemanha, além de fortalecer as relações de cooperação entre os dois países.

Segundo a FIERN, o Encontro possui três propósitos principais:

- 1) troca de informações entre as duas seções e os participantes,
- 2) discussão de propostas para melhoria do ambiente de negócios entre Brasil e Alemanha e,
- 3) estabelecimento de relacionamentos (networking) com vistas a novos negócios.

A ANFITRIÃ DESTEMIDA APOSTA EM DIÁLOGOS E REFORMAS PARA SUPERAR ADVERSIDADES

Fátima Bezerra, única governadora entre os 9 estados, diz que Estado constrói soluções e aponta Consórcio como grande saída

Revista NORDESTE: A Sra se projeta como anfitriã da próxima reunião do Fórum dos Governadores, em Natal, agora em setembro. O que está programado como pauta principal em favor dos 9 estados?

Fátima Bezerra: Nós temos discutido com especial destaque as pautas do Consórcio Nordeste, que foi criado para alavancar o desenvolvimento da nossa região, olhando para os interesses que os Estados têm em comum. Entre essas pautas estão, por exemplo, o projeto Nordeste Conectado e a captação de investimentos. O Nordeste conectado vai ampliar a conexão de internet em banda larga em toda a região. Esse projeto será possível por meio de parcerias e compartilhamento de infraestrutura. Iremos ter mais economia de contratos ao mesmo tempo em que teremos internet de alta velocidade para hospitais, escolas e também para as estruturas de segurança. O Rio Grande do Norte já conta, em algumas áreas, com a Infovia Potiguar e estamos trabalhando para ampliação dessas parcerias que são essenciais para o desenvolvimento. Tecnologia e desenvolvimento são duas áreas que devem sempre caminhar juntas e a nossa região não pode ficar para trás

no quesito conectividade. Um outro assunto que daremos continuidade é a questão das compras coletivas do Consórcio. Este será nosso primeiro encontro após o lançamento do 1º edital de compras coletivas, que foi lançado em Salvador, com foco na área da saúde, para aquisição de medicamentos. Para além disso, vamos debater temas nacionais como a reforma tributária, concessões e a situação da Petrobras. Nosso maior desafio hoje é atrair investimentos, que é o que mais precisamos. Trazer empresas e indústrias para o Nordeste é melhorar a arrecadação dos estados e gerar emprego e renda para a população. Conciliamos o Fórum dos governadores no período em que o RN sedia o Encontro Econômico Brasil-Alemanha justamente para trocarmos experiências e mostrarmos para os investidores o que a nossa região tem de melhor.

NORDESTE: Depois de 8 meses de gestão à frente do Governo, qual o saldo que a Sra apresenta para dentro e fora do Estado? O que ainda falta fazer?

Fátima Bezerra: Assumimos o Governo em uma situação de calamidade financeira fiscal enorme, com déficit orçamentário de mais de R\$ 4 bilhões; o Estado com quatro folhas do funcionalismo em atraso, devendo também a fornecedores e ao banco, em relação aos pagamentos de empréstimos consignados. Destacamos uma nova forma de gestão, que olha para o desenvolvimento, para as oportunidades, mas principalmente para as pessoas. Desde o início, o Governo

reafirma seu compromisso e esforços para honrar o pagamento da folha dos servidores dentro do mês trabalhado e formas de buscar recursos extras para quitar os passivos. Ao mesmo tempo, buscamos soluções para as principais áreas: segurança, saúde e educação. Estamos desenvolvendo políticas públicas com foco no diálogo, parceria e inovação, iniciativas que façam deste um Estado melhor de se investir e viver. Mesmo diante de todas as dificuldades, em meio à arrumação da casa, nós implantamos novos modelos de atuação na Educação, na Saúde e na Segurança Pública. Quando assumimos, o RN despontava (dados de 2018) entre os estados mais violentos do país e agora está entre os que mais

“QUANDO ASSUMIMOS, O RN DESPONTAVA (DADOS DE 2018) ENTRE OS ESTADOS MAIS VIOLENTOS DO PAÍS E AGORA ESTÁ ENTRE OS QUE MAIS REDUZIRAM ÍNDICES DE VIOLÊNCIA”

reduziram os índices de violência. Conseguimos um excelente resultado, em pouco tempo, na redução significativa dos índices de criminalidade. Temos também uma nova política de desenvolvimento econômico, com a criação do Sistema de Câmaras Setoriais, que são fóruns permanentes de diálogo com a classe empresarial e com as universidades, dentro do olhar da Tríplíce Hélice: Governo, empresas e inovação e, no nosso caso, também com representantes da sociedade. Buscamos a modernização e a melhoria de todos os incentivos fiscais para atrair empresas de outros estados, de outros países, e incentivar a ampliação dos investimentos das empresas locais. Por meio do diálogo, estamos tendo uma procura de Investimentos dentro e fora do Estado. No dia 4 de novembro, em São Paulo, faremos o RN Investe que busca a atração de novas empresas ou mesmo a ampliação de empresas já instaladas, como é o caso das empresas do setor eólico e de energia solar. Outra questão é que queremos trazer para o Rio Grande do Norte a Indústria de energia eólica offshore e buscaremos isso através de concessões, para que a iniciativa privada traga a estrutura e os investimentos. Desde antes de assumirmos a gestão, já estávamos planejando as primeiras ações para revertermos o quadro de calamidade financeira do Estado. Diante desse quadro crítico foram preciso medidas urgentes para recuperarmos nossa capacidade de investimento, com ações de contenção de despesas incluídas na lei de diretrizes orçamentárias do Estado. Também traçamos várias estratégias para conseguirmos recursos extras para quitarmos essa dívida com servidores e fornecedores. Desde a venda da folha do Estado e antecipação de royalties do petróleo e gás à adesão a planos de empréstimos do Governo Federal. Outro foco, via Controladoria do Estado, foi em auditorias de



projetos e programas estaduais. Constatamos uma série de irregularidades e contravenções que engordavam as despesas da máquina pública estadual. Então, podemos dizer que nesses oito meses estamos colocando a casa em ordem, embora tenhamos a consciência que, diante do quadro herdamos, o caminho é longo. E nesse processo falta pagarmos três das quatro folhas em atraso que herdamos (pagamos o décimo de 2017). Para isso fizemos e temos feito todos os esforços possíveis, mas dependemos agora da agilidade no trâmite das casas legislativas federais para acelerarem o Programa de Equilíbrio Fiscal e outras ações já previstas, como a cessão onerosa e o bônus de assinatura, que irão ajudar os estados em crise financeira.

NORDESTE: Quais são os projetos macro do Rio Grande do Norte em discussão ou negociação com investidores nacionais e internacionais?

Fátima Bezerra: Um dos projetos é o de um porto graneleiro, na região de Porto do Mangue. Temos três estudos feitos em épocas diferentes que apontam a região como o local mais adequado por questões geográficas, além de outros fatores. O Rio Grande do Norte precisa ter um porto desses devido ao seu potencial de minérios, ferro, feldspato, calcário e outros. Para ser economicamente viável a exportação desses produtos teríamos que ter um porto para navios acima de 75 mil toneladas. Esse projeto está sendo discutido inclusive com empresas estrangeiras. O VLT metropolitano, o Veículo Leve sobre Trilhos, é outro projeto que estamos colocando em discussão. Estamos também com a ideia de uma ferrovia Mossoró-Natal, com ramal para o Seridó, que ajudaria a viabilizar o porto e vice-versa, seria uma via de mão dupla para o desenvolvimento. Também queremos ligar o RN à Transnordestina por meio de uma ferrovia. Isso tudo é infraestrutura logística, fundamental

“O CONSÓRCIO NORDESTE AUMENTA O POTENCIAL PARA ATINGIR AS METAS E CONCRETIZAR OS PROJETOS”

para o desenvolvimento do nosso Estado. Pretendemos atrair uma siderúrgica, já que aqui temos R\$ 600 milhões de toneladas de ferro já medidas, fora outros tantos minérios que ainda não foram mensurados. Um projeto que estamos para concluir, inclusive com apoio de empresa nacional, é a Infovia Potiguar: o RN Conectado. Vamos levar internet em banda larga a todos os municípios do Rio Grande do Norte em 3 anos e meio. É o mais avançado de todos estes projetos. A exportação de melão e outros produtos da agricultura irrigada, para países como a China, é de grande interesse do RN, e também estamos animados com as discussões e precisões. Estamos apresentando estudos a um polo petroquímico em Guamaré e também uma fábrica de PVC. Temos todas as matérias-primas e condições favoráveis. Por fim, um assunto que tratamos com investidores de todos os países é a questão das energias renováveis, tanto eólica e solar, como também a indústria eólica offshore para a qual temos um potencial gigantesco.

NORDESTE: Está evidente a tática

do Consórcio de buscar financiamentos externos, através de organismos da Europa, Rússia e China. O que seu governo tem negociado com eles? Quando vai à China?

Fátima Bezerra: O Consórcio Nordeste aumenta o potencial para atingir as metas e concretizar estes projetos já mencionados. Uma coisa é ir a um país e apresentar nossa potencialidade enquanto Estado; outra coisa é levar o potencial do Nordeste, que tem mais de 55 milhões de habitantes (mais que a Argentina) e isso aumenta o interesse de países distantes. Essas negociações têm avançado muito. Em novembro, nós do Consórcio devemos visitar quatro países da Europa. Também recebemos outros convites, como da China e Esta-

dos Unidos, que surgiram a partir de empresas que estiveram aqui. Vamos esperar o melhor momento e tentar conciliar com a agenda do Consórcio.

NORDESTE: Como a Sra tem atuado para avançar diversas matérias no Congresso Nacional fundamentais ao futuro dos governos, como a própria Previdência, Mansueto, Securitização, etc?

Fátima Bezerra: Em conjunto com os governadores do Nordeste e do Brasil, levaremos propostas comuns sempre de interesse público.

NORDESTE: De que forma a Sra examina as relações dos governadores nordestinos diante da postura agressiva do presidente Bolsonaro? Como resolver?

Fátima Bezerra: Com prudência, bons projetos, união, “pautas comuns” e espírito público. 🇧🇷



Foto: Elisa Elsie

Opinião
Adary Oliveira
É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA



A desestatização no Brasil

A produção de bens e serviços tem-se mostrado mais eficiente, eficaz e efetiva quando feita pela iniciativa privada do que pelo governo. No Brasil, muitos ativos e serviços administrados pelo poder público estão sendo transferidos para as organizações privadas com o objetivo de melhorar seu desempenho e rentabilidade. Pela ordem cronológica, as Leis Federais que tratam do assunto são: 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; 9.491, de 9 de setembro de 1997, que trata do Programa Nacional de Desestatização (PND); 11.079, de 30 de dezembro de 2004, sobre contratação de Parcerias Público-Privada (PPP); e 13.334, de 13 de setembro de 2006, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Segundo informações obtidas no site do BNDES, a desestatização pode ser obtida através da venda de ativos ou da transferência da prestação de serviços públicos à iniciativa privada. É definida como privatização quando trata da venda da empresa estatal com passagem do controle sobre os ativos à iniciativa privada em definitivo. É tida como Concessão quando é realizada a transferência da prestação do serviço público à iniciativa privada por prazo determinado. A venda das ações ordinárias da Vale e da Coelba, são exemplos de privatização. A transferência da administração de rodovias é um exemplo clássico de concessão.

A concessão é denominada “Concessão Comum” quando a tarifa cobrada do usuário e as outras receitas de administração do serviço são suficientes para remunerar o concessionário pela prestação do serviço. No caso em que não é cobrada tarifa do usuário, ou que a tarifa em conjunto com outras receitas da administração do serviço é insuficiente para remunerar a prestação do serviço pelo concessionário, sendo necessário algum tipo de pagamento pelo ente público, a concessão é chamada de “Parceria Público-Privada (PPP)”.

A PPP, por sua vez, pode ser considerada uma Con-

cessão Administrativa ou uma Concessão Patrocinada. Na Concessão Administrativa não há cobrança de tarifa. A remuneração do concessionário pela prestação do serviço depende integralmente ou parcialmente (se houver outras receitas de administração do serviço) de pagamento do ente público. Na Concessão Patrocinada há cobrança de tarifa, mas esta, em conjunto com outras receitas de administração do serviço, é insuficiente para remunerar a prestação do serviço pelo concessionário, razão pela qual há algum tipo de pagamento pelo ente público. Em Salvador, a administração do Hospital do Subúrbio é uma Concessão Administrativa, tendo sido o primeiro caso de PPP do País. Já a administração do Metrô é uma Concessão Patrocinada, caso em que o Governo do Estado complementa a remuneração obtida pela concessionária.

Sem arrecadação suficiente para realização de obras de infraestrutura, o governo busca na iniciativa privada apoio através de concessões. Estão na mira as obras relacionadas com a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias, dutovias, mobilidade urbana, telecomunicações, energia, água e saneamento. Dados contidos na “Carta de Infraestrutura” mostram que em 2018 o Brasil aplicou 1,82% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, quando o ideal para um crescimento sustentado seria 4,15%. O setor privado já investe mais do que o setor público. Em 2010 as aplicações em infraestrutura do setor público eram 1,26% do PIB e do setor privado 1,01%. Com o declínio chegou-se em 2019 com a inversão de 0,65% do PIB para o setor público enquanto o setor privado atingiu 1,22%.

As iniciativas de desestatização, com o esperado apoio o BNDES, não só contribui para solucionar muitos problemas decorrentes da frágil administração pública, mas também traz melhora para sua receita e viabiliza a realização das mais que inadiáveis obras de infraestrutura, absolutamente necessárias para redução do custo Brasil e consequente desenvolvimento econômico.